

## TABELA 7

### MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo

**Unidade Gestora:** Secretaria Municipal de Saúde

**Gestor Responsável:** José Mário de Moraes

**Exercício:** 2021

#### 1. RELATÓRIO

##### 1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	981/2021	Lei 4.320/1964, art. 60.  Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria de Conformidade	100% dos processos de execução das despesas orçamentárias com aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia do 1º semestre de 2021	Amostragem aleatória
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	1119/2021.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991	Conformidade (verificação documental)	Folha de pagamento do 3º trimestre de 2021	100% das despesas patronais do terceiro trimestre de 2021
1.2.2	Pagamento das obrigações	1119/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69.	Conformidade (verificação documental)	Folha de pagamento do	100% das despesas

	previdenciárias - parte patronal		Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991		3º trimestre de 2021	patronais do terceiro trimestre de 2021
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	1119/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Conformidade documental) (Análise documental)	Folha de pagamento do 3º trimestre de 2021	100% das despesas previdenciárias do 3º trimestre de 2021
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	1119/2021	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Conformidade documental) (Análise documental)	Folha de pagamento do 3º trimestre de 2021	100% das despesas previdenciárias parte segurado do 3º trimestre de 2021
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	0227/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Fiscalização/Levantamento	100% dos processos de despesas de parcelamento de obrigações previdenciárias.	100% dos processos de despesas de parcelamento de débitos previdenciários referentes ao exercício de 2021
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	862/2021	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	100% dos demonstrativos contábeis e de patrimônio exigidos pela IN 043/2017.	100% dos demonstrativos do patrimônio referentes aos meses de junho e julho do exercício de 2021
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Item não foi de análise.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos demonstrativos e relatórios dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	Item não foi de análise.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	195/2022	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental)	100% das contas cadastradas no ente.	Termo de verificação das disponibilidades financeiras e extratos bancários das Contas bancárias cadastradas no ente no exercício de 2021
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	195/2022	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade (conciliação de demonstrativos)	100% das contas do termo de conciliação das disponibilidades bancárias.	Termo de verificação das disponibilidades financeiras e extratos bancários das Contas bancárias cadastradas no ente no exercício de 2021
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com	Item não foi de análise.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Item não foi objeto de análise.	Totalidade dos demonstrativos gerados pelo setor de tributação	Item não foi de análise

	as demonstrações contábeis				relativo à dívida ativa e balanço patrimonial.	
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Item não foi de objeto análise.	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Restrito aos demonstrativos contábeis anexos à PCA do ente.	Item não foi de objeto análise.
1.5.2	Segregação de funções.	Auditoria 01/2021 Processo 981/2021	CRFB/88, art. 37.	Auditoria governamental de conformidade	100% dos processos de execução das despesas orçamentárias com aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia do 1º semestre de 2021	Amostra Aleatória
2.2.10	Execução de programas e projetos	Item não foi de objeto análise	CRFB/88, art. 167, I.	Conformidade (Verificação documental)	Balancete de Verificação, Lei Orçamentária Anual, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos.	Item não foi de objeto análise
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Item não foi de objeto análise.	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	Processos de despesas com duração plurianual.	Item não foi de objeto análise.
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Item não foi de objeto análise.	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Auditoria Governamental de conformidade	Escrituração contábil da receita e despesa pública.	Item não foi de objeto análise.
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	937/2021	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Fiscalização/levantamento	Demonstrativo da despesa pagas no 3º trimestre de 2021	100% das despesas de material de consumo pagas no 3º trimestre de 2021
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Item não foi de objeto análise.	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Fiscalização /levantamento	100% Processos de despesas referentes a Projetos	Item não foi de objeto análise.
2.2.31	Despesa – liquidação	Auditoria 01/2021 Processo 981/2021	Lei 4.320/1964, art. 63.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos processos de execução das despesas orçamentárias com aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia do 1º semestre de 2021	Amostra Aleatória
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Auditoria 01/2021 Processo 981/2021	Lei 4.320/1964, art. 62	Auditoria Governamental de conformidade	100% Processos de despesas realizados por dispensa, inexigibilidade e processos licitatórios do primeiro semestre de 2021	Amostra Aleatória
2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	874/2021	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Conformidade (Levantamento)	Processos de despesas de recursos	100% dos processos de despesas de

					vinculados do primeiro semestre de 2021	recursos vinculados do primeiro semestre de 2021
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	0875/2021	Legislação específica.	Fiscalização (levantamento)	100% dos processos de despesas de repasse de recursos a entidades, através de auxílios, contribuições ou subvenções do primeiro semestre de 2021	100% dos processos de despesas de repasse de recursos financeiros a entidades, através de auxílios, contribuições ou subvenções, Referentes ao primeiro semestre de 2021
2.2.35	Despesa – subvenção social.	0886/2021	Lei 4.320/1964, art. 16.	Conformidade (revisão documental/ levantamento)	100% dos processos de despesas de repasse de recursos a entidades, através de auxílios, contribuições ou subvenções	100% dos processos de despesas de repasse de recursos financeiros a entidades, através de auxílios, contribuições ou subvenções, Referentes ao primeiro semestre de 2021
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 100 / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Item não foi objeto de análise.	Precatórios não foram instituídos no Município	Item não foi objeto de análise.
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Item não foi objeto de análise	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Demonstrativo da dívida fundada instituídos no Município	Item não foi objeto de análise
2.3.4	Dívida ativa e demais créditos tributários – cancelamento	Item não foi objeto de análise.	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos processos de cancelamento de créditos tributários.	Item não foi objeto de análise.
2.3.5	Cancelamento de passivos	886/2021	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Conformidade (Revisão documental)	100% das anulações de liquidações referentes ao exercício 2021	100% das anulações de liquidações referentes ao exercício 2021
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	Item não foi objeto de análise	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Conformidade (revisão documental/ levantamento)	Demonstrativo da Despesa	Item não foi objeto de análise
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Item não foi objeto de análise.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Conformidade (revisão analítica)	Totalidade dos valores apresentados no demonstrativo	Item não foi objeto de análise

					da dívida fundada.	
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Item não foi de objeto análise.	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos processos de despesas com previsão legal de retenção na fonte.	Item não foi de objeto análise.
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Item não foi de objeto análise.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Fiscalização/Levantamento	Totalidade da tabela de contribuições e retenções utilizada no RH.	Item não foi de objeto análise.
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Item não foi de objeto análise.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Auditoria Governamental de conformidade	100% dos processos de parcelamento.	Item não foi de objeto análise.
2.5.37	Registro de Admissões	908/2021	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Fiscalização/Levantamento	Folha de Pagamento	Não houve admissões de servidores efetivos no exercício de 2021
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Item não foi de objeto análise.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Auditoria governamental de conformidade	100% da ocupação das funções de confiança.	Item não foi de objeto análise.
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão.	Item não foi de objeto análise.	Legislação específica do órgão.	Auditoria governamental de conformidade	100% da ocupação das funções de confiança e legislação específica que a define.	Item não foi de objeto análise.
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Item não foi de objeto análise.	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	100% das contratações por prazo determinado.	Item não foi de objeto análise.
2.6.4	Pessoal – teto	0296/2022	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Fiscalização (conformidade)	100% da folha de pagamento exercício de 2021	100% folha de pagamento exercício 2021
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	0296/2022	CRFB/88, art. 37, caput.	Fiscalização (conformidade)	100% dos pagamentos de subsídios, vencimentos, vantagens, dentre outros, da folha de pagamento do exercício 2021	100% dos pagamentos de subsídios, vencimentos, vantagens, dentre outros, do exercício 2021
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Item não foi de objeto análise.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Auditoria governamental de conformidade	100% dos processos dispensa e inexigibilidade de licitação das dispensa e orçamentárias com aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia do 1º semestre de 2021	Amostra aleatória

## 1.2. Constatções e Proposições

[Relatar as constatações acerca dos itens selecionados para análise, indicando os achados e as proposições].

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.2	Ao analisar os processos de execução das despesas orçamentárias com aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia requeridos para a Auditoria 0981/2021, verificou-se que em todos os processos analisados as despesas realizadas foram precedidas de empenho	Nenhuma proposição	Regular
1.2.1	Da análise da amostra selecionada através do processo de fiscalização auditoria de conformidade 119/2021, constatamos que os encargos patronais do Regime Geral de Previdência (RGPS) foram contabilizados no período, sem apresentar variações significativas de um mês para outro	Nenhum alerta a sugerir	Regular
1.2.2	Da análise da amostra selecionada através do processo de fiscalização conformidade (verificação documental) 1119/2021, constatamos que os encargos patronais do Regime Geral de Previdência (RGPS) foram contabilizados no período, apresentando diferenças tanto em relação às despesas liquidadas e recolhidas quanto em relação ao saldo liquidado e não recolhido e o saldo credor de contribuições ao RGPS sobre salários e remunerações do período analisado	Alerta sobre as diferenças verificadas e a tempestividade dos pagamentos	Regular com ressalvas
1.2.3	Da análise da amostra selecionada através do processo de fiscalização conformidade (verificação documental) 1119/2021, verificou-se que foram efetuados tempestivamente os pagamentos do INSS parte servidores e das parcelas de débitos previdenciários	Nenhuma proposição	Regular
1.2.4	Da análise da amostra selecionada através do processo de fiscalização conformidade (verificação documental) 1119/2021, verificou-se que no período analisado, embora tenha ocorrido divergência entre os valores demonstrados na folha de pagamentos e os valores retidos e efetivamente recolhidos de contribuições dos servidores do RGPS, essa divergência foi irrelevante.	Alerta sobre a conciliação das diferenças ocorridas, embora sejam de valores irrelevantes	Regular
1.2.5	Da análise da amostra selecionada através do processo de fiscalização auditoria de conformidade 227/22, verificou-se: a existência de parcelamento de débitos previdenciários, os mesmos estão sendo devidamente registrados como passivo da entidade, bem como as atualizações dos saldos devedores dos parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo registrados na contabilidade e que as parcelas dos parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo pagas	Sem Alerta a sugerir.	Regular

	tempestivamente. Verificou-se também, que os saldos dos parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo corrigidos por índice oficial, e registrado como passivo no ente devedor.		
1.3.1	Da análise dos demonstrativos contábeis e dos demonstrativos apresentados pelo setor de patrimônio e de almoxarifado, através do processo administrativo 862/2021 constatamos que os registros contábeis dos bens de almoxarifado- materiais permanentes não apresentam diferenças em relação aos registros dos setores de patrimônio (inventário de almoxarifado), no que se refere aos bens móveis, não houveram lançamentos no período analisado. Quanto aos bens permanentes, também não houve variações nos registros no período analisado.	Nenhum alerta a sugerir	Regular
1.3.2	Item não foi objeto de análise.	Nenhuma proposição	Pendente
1.3.3	Do Levantamento realizado através do Processo Administrativo 195/2022 com questionário aplicado a tesouraria, constatamos que 100% dos depósitos bancários foram realizados em instituição financeira oficiais	Nenhuma proposição ou alerta sugerido, tendo em vista que a movimentação bancária está sendo efetuada em instituição financeira oficial	Regular
1.3.4	Do Levantamento realizado através do processo 195/2022 com questionário aplicado a tesouraria, constatamos que todas as contas cadastradas no Sistema da UG possuem conciliação bancária e que as diferenças apuradas não são relevantes o suficiente para distorcer os valores apresentados nas demonstrações contábeis	Nenhuma proposição ou alerta sugerido	Regular
1.3.5	Item não analisado.	-	Pendente
1.5.1	Item não analisado.	-	Pendente
1.5.2	Ao analisar os processos de execução das despesas orçamentárias com aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia requeridos para a Auditoria 0981/2021, verificou-se em que alguns processos restou prejudicado o princípio da segregação de funções, uma vez que, o secretário da pasta (requerente do objeto) também exerceu a função de gestor e fiscal de contratos, mesmo havendo fiscal nomeado.	Alerta quanto à necessidade de maior controle na fiscalização de contratos	Alerta aceito, com providências a serem tomadas. Será realizado acompanhamento das providências
2.2.10	Item não analisado	-	Pendente
2.2.18	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.24	Item não analisado.	-	Pendente.
2.2.28	Ao analisar a listagem de despesas de materiais de consumo (amostragem) através do Processo 937/2021, foram encontrados pagamentos que não seguiram corretamente a ordem cronológica.	Alertamos para a necessidade de seguir corretamente a ordem cronológica de pagamentos	Em andamento
2.2.30	Item não analisado.	-	Pendente
2.2.31	Ao analisar os processos de execução das despesas orçamentárias com aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia requeridos para a Auditoria 0981/2021, verificou-se que em todos os processos analisados a liquidação das despesas seguiu os critérios determinados pelos normativos, cabendo alerta para a questão da quitação da nota e elaboração do	Alerta emitido através o parecer final da Auditoria 01/2021.	Alerta aceito, com providências a serem tomadas. Será realizado acompanhamento das providências

	termo circunstanciado (que em alguns foi realizada pelo secretário do pasta e não pelo fiscal do contrato, como seria o desejado).		
2.2.32	Ao analisar os processos de execução das despesas orçamentárias com aquisição de bens, serviços, obras e serviços de engenharia requeridos para a Auditoria 0981/2021, verificou-se que em todos os processos analisados os pagamentos de despesas foram precedidos de liquidação.	Regular	Regular
2.2.33	Da análise realizada junto ao responsável pelo a Secretaria de Finanças, através do processo de fiscalização/Levantamento processo 874/2021, constatamos que não houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Nenhuma proposição a fazer tendo em vista a não existência de desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Regular
2.2.34	Da análise realizada junto ao responsável pelo a Secretaria de Finanças, através do processo de fiscalização/Levantamento processo 875/2021, constatamos que no período analisado (01/01/2021 a 30/06/2021), não houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas, sem que tenham sido previstas na LDO, LOA ou Lei específica.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir	Regular
2.2.35	Da análise do demonstrativo das despesas referentes ao primeiro semestre de 2021, analisados através do processo 0886/2021, verificou se que não houve despesas com subvenção social.	Nenhuma proposição a fazer, tendo em vista não ter havido Despesa com subvenção social no ente	Regular
2.3.1	Item não analisado.	-	Pendente
2.3.2	Item não analisado.	-	Pendente
2.3.4	Item não analisado.	-	Pendente.
2.3.5	Da análise da amostra selecionada através do processo 886/2021 Fiscalização conformidade (revisão documental), verificou-se que não houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir	Regular
2.4.1	Item não analisado	-	Regular
2.4.3	Item não analisado.	-.	Pendente
2.5.1	Item não analisado.	-	Pendente
2.5.4	Item não analisado.	-	Pendente
2.5.10	Item não analisado.	-	Pendente.
2.5.37	Da análise realizada junto ao responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, através do processo de fiscalização/Levantamento processo 0908/2021, constatamos que não houve admissão de servidores efetivos em 2021	Nenhuma proposição, tendo em vista não ter havido admissão de servidores efetivos em 2021, não havendo portando encaminhamento de processos de admissões a enviar.	Regular
2.6.1	Item não analisado.	-	Pendente.
2.6.2	Item não analisado.	-	Pendente.
2.6.3	Item não analisado.	-	Pendente.
2.6.4	Da análise realizada junto ao responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, através do processo de fiscalização de conformidade processo 0296/2022, tendo como objeto a folha de pagamento do exercício 2021, constatamos que o teto remuneratório atendeu aos requisitos legais	Nenhuma proposição, visto que atendeu aos requisitos legais	Regular
2.6.5	Da análise realizada junto ao responsável pelo Departamento de Recursos Humanos,	Nenhuma proposição, visto que não houveras	Regular

	através do processo de fiscalização/Levantamento processo 0296/2022, tendo como objeto a folha de pagamento do exercício 2021, constatamos não houve despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados em lei específica.	despesa com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados em lei especificam.	
2.6.6	Da análise realizada através da Auditoria 981/2021, constatamos que dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação analisados, houve incorreções quanto á fiscalização do contrato	Alertamos quanto à necessidade de maior atenção sobre a fiscalização do contrato. Alerta aceito e respondido pela secretária de administração	Em processo de acompanhamento

## 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do Sr. José Mário de Moraes, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, relativa ao exercício de 2021.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 (um) desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular com ressalvas, tendo em vista:

- Que esta Unidade de Controle Interno não conseguiu analisar todos os itens mencionados neste relatório,
- Que, em alguns dos pontos de controle examinados foram encontrados vícios de formalidades, onde foram recomendados medidas para regularizar os mesmos,
- Restou dúvidas quanto a alguns pontos de controle examinados, sendo que está Unidade de Controle Interno já se encarregou de solicitar esclarecimentos, entretanto o procedimento ainda não foi totalmente concluído, e será monitorado pela UCCI até sua conclusão.
- Embora a Unidade de Controle Interno disponha de funcionários lotados os mesmos ainda carecem de treinamento técnico para acompanhar todos os itens sugeridos pelo Tribunal de Contas, soma-se a isso o ano de 2020 e 2021 terem sido atípicos, devido a Pandemia de Corona vírus que se por um lado limitou as possibilidades de executar determinadas atividades, por outro agregou outras responsabilidades para a equipe de controle Interno, tendo em vista a necessidade de prestar informações e fiscalizar as ações de combate à Covid-19.
- Todavia a Unidade De Controle Interno, respeitadas as limitações e dificuldades enfrentadas, esta não foi totalmente omissa no acompanhamento das contas de gestão e governo do Executivo Municipal.

Soma-se aos motivos já citados, a necessidade de constante aperfeiçoamento da equipe da UCCI, principalmente no que se refere à capacitação técnica para ter condições de avaliar com fidedignidade todos os pontos de controle sugeridos por este Tribunal de Contas.

Irupi/ES, 28 de março de 2022.

**Assinaturas:**

**Robson Geraldo dos Santos Belo**  
*Controlador Interno Municipal*